

ÍNDICE

8 - Planos e Programas Governamentais e Legislação Aplicável	1/37
8.1 - Planos e Programas Governamentais.....	1/37
8.1.1 - Programas Federais	2/37
8.1.1.1 - Programas para o Meio Ambiente	2/37
8.1.1.2 - Programas para a Educação.....	2/37
8.1.1.3 - Programas para a Saúde.....	4/37
8.1.1.4 - Programas para a Integração Nacional	5/37
8.1.1.5 - Programas para o Desenvolvimento Social e Combate à Fome	7/37
8.1.1.6 - Programas para o Desenvolvimento Energético	16/37
8.1.1.7 - Programa de Infra-estrutura	16/37
8.1.1.8 - Programas para a Secretaria Geral da Presidência da República ..	17/37
8.1.2 - Programas Estaduais	17/37
8.1.2.1 - Piauí.....	17/37
8.1.2.2 - Pernambuco.....	18/37
8.1.2.3 - Ceará.....	21/37
8.1.3 - Programas Municipais	23/37

8 - PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1 - PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

A identificação dos planos e programas implementados ou em andamento na Área de Influência da Linha de Transmissão São João do Piauí - Milagres, procurou privilegiar as ações voltadas para a área ambiental e para a zona rural dos municípios atravessados pelo empreendimento, considerando que o traçado está predominante em áreas rurais.

Devido às condições de vida da população dos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará em especial da região sob influência do empreendimento e aos problemas sociais atrelados a falta de geração de renda e atendimento a serviços básicos, tais como sanitários, saúde e educação. Grande parte das políticas e programas governamentais - Federais, Estaduais e Municipais são apoiadas em Programas de melhoria da qualidade de vida da população, com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza, das desigualdades sociais e do desenvolvimento local e regional, através do fortalecimento do setor primário e da melhoria da infra-estrutura desses municípios.

Os Programas apresentados a seguir foram pesquisados junto às Prefeituras dos municípios da área de influencia direta do empreendimento, nos planos de governo dos Estados e nos sites dos Ministérios do Governo Federal. Devido a grande quantidade de programas existentes será apresentada uma breve descrição para que possa orientar ou nortear o empreendedor ao longo das fases de implantação e operação do empreendimento.

Destaca-se que alguns dos programas federais citados são comuns aos três estados que estão no traçado da Linha de Transmissão. Entretanto foram identificados programas federais que atuam em áreas específicas. Neste caso, haverá referencia aos mesmos por área de atuação.

8.1.1 - Programas Federais

8.1.1.1 - Programas para o Meio Ambiente

8.1.1.1.1 - Plano Nacional de Recursos Hídricos

Estabelecido pela Lei das Águas (nº 9.433/97), o Plano Nacional de Recursos Hídricos é um pacto entre o Poder Público, usuários (Indústrias, setor de abastecimento de água, geração de energia, entre outros), a sociedade civil (associações comunitárias, ONG's, Sindicatos, universidades, escolas, e outros) Constitui-se de um conjunto de diretrizes, metas e programas para garantir o uso racional da água até 2020.

Abrange todo território hídrico do País e tem como metas otimizar o uso da água, despoluir as bacias hidrográficas.

8.1.1.2 - Programas para a Educação

8.1.1.2.1 - Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE

A prioridade do Programa é uma educação básica de qualidade, assim o Plano se divide em quatro eixos: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissionalizante e Tecnológica e Alfabetização e Educação Continuada. As diretrizes do PNE estão contidas no Compromisso Todos Pela Educação.

São as metas do Plano:

- Estabelecer como foco a aprendizagem.
- Alfabetizar as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.
- Acompanhar cada aluno individualmente.
- Combater a repetência, por estudos de recuperação ou progressão parcial.
- Combater a evasão.
- Ampliar a jornada na escola.

- Fortalecer a inclusão educacional das pessoas com necessidades especiais.
- Promover a educação infantil.
- Instituir programas de formação para os profissionais da educação e implantar planos de carreira, cargos e salários.
- Valorizar o mérito do trabalhador em educação.
- Fixar regras claras, considerados o mérito e o desempenho, para nomeação e exoneração de diretores de escolas.
- Promover a gestão participativa na rede.
- Fomentar e apoiar os conselhos escolares.

8.1.1.2.2 - Proinfância

Ação dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação, que financia a expansão da rede física do ensino público. O programa tem como objetivo construir 1.150 escolas, sendo que no ano de 2007, 515 dessas escolas já foram construídas, em 499 municípios.

Para o ano de 2008 a previsão é de 500 novas escolas em 500 municípios.

8.1.1.2.3 - Plano Nacional de Assistência Estudantil

O programa fornece assistência em outras áreas visando à permanência dos estudantes de menor renda na universidade. As áreas atendidas são: moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, cultura, esporte, inclusão digital, creche e apoio pedagógico.

8.1.1.2.4 - Programa Universidade para Todos - PROUNI

O Programa Universidade para Todos foi criado em 2004 para auxiliar estudantes da rede privada oferecendo bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior.

Em 2007, 163.854 bolsas integrais e parciais foram concedidas e no primeiro semestre de 2008 o programa beneficiou 106.048. Desde o início do programa, 380 mil estudantes foram atendidos.

8.1.1.2.5 - Compromisso Todos pela Educação

Principal Programa do Ministério da Educação, por onde se baseam todos os outros programas e ações. O principal objetivo do MEC é ter todas as crianças na escola, para isso divide o Programa em cinco metas que devem ser alcançadas até o ano de 2022. As metas são: toda criança e jovem entre 4 e 17 anos, toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos, todo aluno com aprendizado adequado a sua série, todo jovem com ensino médio concluído até os 19 anos e investimento em educação ampliado e bem gerido.

As metas vêm sendo alcançadas como, por exemplo, com a redução das taxas de abandono e reprovação nas escolas. Tendo como meta principal ter todas as crianças em idade escolar na escola.

8.1.1.2.6 - Programa Nacional de Alimentação Escolar

Beneficia aos alunos da rede pública de ensino, matriculados no ensino infantil e fundamental, inclusive das escolas indígenas, matriculados em escolas públicas e filantrópicas, com uma refeição diária, durante o período em que permanecem na escola.

Tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e melhorias no rendimento escolar, além de contribuir com a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O orçamento do programa previsto para 2008 é de R\$ 1,6 bilhão para atender 36 milhões de alunos.

8.1.1.3 - Programas para a Saúde

8.1.1.3.1 - Programa Saúde da Família - PSF

Realizado em parceria com os governos estaduais e prefeituras municipais, tem como principal propósito reorganizar a prática da atenção à saúde e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto das famílias. Os profissionais que formam equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde.

Como o programa é uma parceria entre as três esferas, cada uma tem suas próprias metas, para o Governo Federal são: elaborar as diretrizes da política nacional de atenção básica, co-financiar o sistema de atenção básica, ordenar a formação de recursos humanos, propor mecanismos para a programação, controle, regulação e avaliação da atenção básica e manter as bases de dados nacionais.

8.1.1.3.2 - Programa Agentes Comunitários de Saúde

O programa age como transição para o Programa Saúde na Família nos municípios onde não há ação do PSF. Nos municípios já atendidos pelo PSF, o programa já faz parte do Programa Saúde da Família.

Os agentes são supervisionados por enfermeiros que ficam em uma unidade de saúde fixa.

Os agentes comunitários podem estar em duas situações na rede do SUS, podem estar ligados a uma unidade básica de saúde ainda não organizada na lógica da Saúde da Família ou ligados a uma unidade básica de Saúde da Família como membro da equipe multiprofissional.

O programa tem hoje atuando em todo país 204 mil agentes, em atividades nas áreas urbanas e rurais.

8.1.1.4 - Programas para a Integração Nacional

8.1.1.4.1 - Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza - Pronager

Atua buscando a inserção social e econômica dos indivíduos de acordo com suas potencialidades. Esta inserção dá-se através capacitação organizacional das pessoas para a geração de ocupações produtivas e renda. Tem como objetivo diminuir o desemprego e o subemprego urbano e rural, capacitar pessoas, contribuir para melhoria da qualidade de vida das comunidades em prol do desenvolvimento local, mesorregional e regional. É direcionado aos desempregados e subempregados, aos pequenos produtores e suas famílias, aos trabalhadores do setor informal de baixa renda e com pouca qualificação profissional, às pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social, aos grupos atendidos por programas de proteção social e às comunidades atendidas por outros programas de desenvolvimento local, mesoregional, regional.

8.1.1.4.2 - Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - Conviver (Somente no Piauí)

Tem como objetivos principais reduzir a vulnerabilidade das áreas com maior incidência de seca. Para tal, visa promover convergência de políticas públicas setoriais, em espaços territoriais específicos, para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais, considerando a diversidade socioeconômica e cultural do País; Promover a sustentabilidade hídrica, econômica, social, e ambiental, nas áreas com maior incidência da seca; Promover ações de desenvolvimento regional, nas vertentes da convivência com a realidade do semi-árido e da dinamização econômica de arranjos produtivos potenciais, articuladas com os programas de infra-estrutura hídrica; Promover a inserção social e econômica das populações locais; Formular e promover a implementação de políticas públicas voltadas à redução dos desequilíbrios regionais visando à integração do espaço nacional; Promover a articulação com a sociedade civil e com os órgãos públicos, nos três níveis de Governo; Articular investimentos em infra-estrutura para apoiar o processo de integração nacional e continental; e estimular investimentos em segmentos econômicos prioritários para o desenvolvimento sustentável das regiões menos dinâmicas, buscando a otimização dos benefícios sociais deles decorrentes.

8.1.1.4.3 - Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais - Promeso (Somente no Piauí)

O Programa busca a redução dos níveis de desigualdades regionais e sociais, atuando em sub-regiões, tendo assim uma presença mais forte nas zonas problemáticas. O Programa traçou como objetivos: ter uma atuação mais direta, subdividindo assim os locais de atuação em sub-regiões; identificar as demandas e criar soluções à chamada problemática regional com a participação efetiva da sociedade civil que, para isso, deve estar organizada e legitimamente representada; buscar superar os desequilíbrios com base no fomento a todas as regiões que apresentem potencialidades e ativos de capital humano e social, parcerias, capacidade de construir planos e pactos, redes de cooperação entre agentes econômicos, cooperação entre instituições públicas e privadas.

A sub-região que corresponde à área em estudo é sub-região da Chapada do Araripe, que abrange 25 municípios do Ceará, 18 municípios do Pernambuco e 60 municípios do Piauí.

8.1.1.4.4 - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (Somente Piauí e Ceará)

O plano constitui-se de uma estratégia de desenvolvimento através de planejamento participativo. A bacia do Parnaíba foi subdividida em unidades de planejamento respeitando-se o caráter socioeconômico, técnico, cultural e ambiental destas áreas. Este plano, implementado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), visa o desenvolvimento de cada região envolvendo, coletivamente, a sociedade civil, empresas privadas e entes municipais, estaduais e federais. A elaboração do Plano envolveu mais de cinco mil atores sociais, de acordo com informações da Codevasf, incluindo governos dos estados, prefeituras municipais, universidades, instituições financeiras, de organismos não governamentais, incluindo associações e sindicatos. Para a sua elaboração, foram considerados também os diversos planos e programas dos governos federal, dos estados e dos municípios que integram a Bacia. Abrange municípios dos Estados do Piauí (222), Maranhão (36) e do Ceará (20)

8.1.1.5 - Programas para o Desenvolvimento Social e Combate à Fome

8.1.1.5.1 - SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

É um programa que visa garantir a população o direito a ter acesso regular e permanente a alimentos, utilizando práticas sustentáveis e sem comprometer outras necessidades básicas e utilizando práticas saudáveis. Todas as ações do SAN estão ligadas ao Programa Fome Zero. Entre as ações dentro do programa estão:

- **Carteira Indígena**

Ação desenvolvida por meio de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de executar projetos estruturantes voltados para a segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas, respeitando a autonomia das comunidades e suas identidades culturais. Os projetos são elaborados pelas próprias comunidades e apresentados através de associações indígenas e até por organizações não governamentais que indigenistas ou socioambientalistas, universidades ou centros de pesquisa.

Os projetos apresentados têm que estar dentro dos temas propostos pela carteira que são: produção de alimentos; práticas sustentáveis de produção, beneficiamento e comercialização

da produção agroextrativista e do artesanato; revitalização de práticas e saberes tradicionais e apoio ao fortalecimento da capacidade técnica e operacional das organizações e comunidades indígenas.

- Cisternas

O programa das Cisternas é uma solução para o problema da água no semi-árido. A ação consiste em usar mão-de-obra local, fornecendo o material para a construção dessas cisternas, para a captação da água da chuva para ser utilizada pelas famílias no período da seca. O benefício é destinado à população rural de baixa renda.

- Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD

Formado por organizações territoriais, institucionalmente formalizadas, com um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda. Constituem-se como associações civis sem fins lucrativos, formadas por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada município participante.

- Distribuição de Alimentos

Ação realizada por meio de convênio firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Companhia Nacional de Abastecimento, com o objetivo de atender, por meio da distribuição de cestas de alimentos, às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O principal objetivo é atender a grupos remanescentes de quilombos, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por barragens e populações residentes em municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos.

- Educação Alimentar e Nutricional

Promover uma alimentação adequada e saudável no sentido de prazer cotidiano, de modo a estimular a autonomia do indivíduo e a mobilização social, valorizar e respeitar as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos sociais e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA.

8.1.1.5.2 - Programa Fome Zero

Dividido em quatro eixos o programa é o maior já realizado na tentativa de acabar com a fome no país, atendendo a todos os estados.

Eixo 1 - Dentro desse eixo o governo engloba programas para alimentação, transferência de renda, nutrição e acesso a educação e informação.

- Bolsa Família

É considerado o carro-chefe do Programa Fome Zero, pois é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 120 mensais, que associa a transferência do benefício financeiro com o acesso aos direitos sociais básicos: saúde, alimentação, educação e assistência social.

- Alimentação Escolar

É um programa que oferece pelo menos uma refeição ao dia, visando a atender às necessidades nutricionais de estudantes durante a permanência na escola, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

- Alimentos a Grupos Populacionais Específicos

Amplia o acesso aos alimentos básicos dos povos indígenas, comunidades quilombolas, grupos de trabalhadores rurais acampados, catadores de lixo e outros que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da distribuição de alimentos.

- Cisternas

É uma ação desenvolvida para a população rural do semi-árido, visando à melhoria das condições de vida e de acesso à água e ao fomento da convivência sustentável no semi-árido.

- Bancos de Alimentos

Atua no recebimento de doações de alimentos considerados impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo. Os alimentos são repassados a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que produzem e distribuem refeições, gratuitamente, a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

- Agricultura Urbana / Hortas Comunitárias

Atua na produção de alimentos de forma comunitária visando a inclusão social, a geração de renda e a melhoria da alimentação. Além do auto-consumo, os alimentos podem abastecer restaurantes populares e cozinhas comunitárias.

- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN

É uma ação da atenção básica à saúde que tem o objetivo de sistematizar o monitoramento do estado nutricional, descrevendo as tendências de saúde e nutrição e situações de insegurança nutricional, em nível individual ou coletivo, formando indicadores para avaliação de políticas públicas do Sistema Único de Saúde, visando à melhoria das condições de saúde da população.

- Distribuição de vitamina A (Vitamina A+)

É destinado a prevenir e/ou controlar a deficiência de vitamina A, com vistas a auxiliar na redução da gravidade das infecções e, conseqüentemente, na redução da mortalidade materno-infantil. É voltado para crianças de 6 a 59 meses de idade e mulheres no pós-parto imediato, pertencentes às áreas endêmicas, como Região Nordeste.

- Distribuição de Ferro (Saúde de Ferro)

É uma estratégia voltada para prevenir e/ou controlar a anemia por deficiência de ferro nos grupos mais vulneráveis (crianças de 6 a 18 meses, gestantes e mulheres no pós-parto), cujos estudos apontam prevalências de 50% em crianças e 40% em gestantes, o que traz sérias conseqüências para o pleno desenvolvimento físico, mental e social desde a infância até a fase adulta.

- Alimentação e Nutrição de Povos Indígenas

É uma ação que realiza o cadastramento dos povos indígenas, garantindo a sua inclusão nos instrumentos governamentais compatível com seus valores culturais, visando também à implantação de ações intersetoriais de segurança alimentar e nutricional, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas.

- Educação Alimentar, Nutricional e para Consumo

Desenvolve ações de promoção da alimentação saudável que visam a estimular a sociedade, por meio de atividades educativas e de comunicação, a combater a fome e a adotar hábitos alimentares saudáveis.

- Alimentação Saudável / Promoção de Hábitos Saudáveis

Promove a alimentação saudável no ciclo de vida, previne e controla os distúrbios nutricionais, assim como as doenças relacionadas à alimentação e nutrição no âmbito do Sistema Único de Saúde. Além de subsidiar ações de educação alimentar e nutricional junto à população, por meio da divulgação de materiais educativos.

- Alimentação do trabalhador - PAT

Têm o objetivo de melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, com repercussões positivas para a qualidade de vida, a redução de acidentes de trabalho e o aumento da produtividade.

Eixo 2 - As ações desse eixo do programa visam fortalecer a agricultura, gerando trabalho e renda para a população do campo.

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Auxilia os pequenos produtores com apoio técnico e financeiro fortalecendo a agricultura familiar. Visa fortalecer as atividades desenvolvidas pelo pequeno produtor, aumentando a produção e a renda e, integrando-o a cadeia do agro negócio. Pretende ajustar as políticas públicas à realidade da agricultura familiar, viabilizar infra-estrutura rural para melhoria produtiva, dar apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, elevar nível de profissionalização dos agricultores, favorecer o acesso da agricultura de base familiar no mercado.

- Garantia-Safra

É uma das ações do Pronaf que visa à tranquilidade e segurança para o exercício da atividade agrícola na região semi-árida brasileira, possibilitando que o agricultor receba um benefício no período de seca e garanta o sustento da família por seis meses.

- Seguro da Agricultura Familiar

Cobertura que garante 100% do financiamento e mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado pelo agricultor familiar, o que garantirá boa porcentagem da renda esperada pelo agricultor familiar no momento de contratar suas operações de custeio agrícola no Pronaf.

Eixo 3 - Esse eixo visa a geração de renda, incentivando a economia solidária e desenvolvendo ações de qualificação da população de baixa renda no sentido de contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho.

- Qualificação Social e Profissional

Promove a qualificação social, ocupacional e profissional do trabalhador articuladas com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade.

- Organização Produtiva de Comunidades

Promove a inclusão social de desempregados, comunidades pobres, urbanas e rurais, e trabalhadores de empresas em processo de desestruturação produtiva, organizando-os em empreendimentos produtivos, economicamente viáveis e sustentáveis.

- Desenvolvimento de Cooperativas de Catadores

Apóia a organização sustentável e o desenvolvimento de cooperativas, em especial de catadores, para triagem e beneficiamento do lixo, em consonância com novo modelo de tratamento integrado de resíduos e a erradicação dos lixões.

- Microcrédito Produtivo Orientado

Concede crédito para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

Eixo 4 - Este eixo tem como proposta estimular a sociedade a firmar parcerias com o governo federal para a realização de campanhas de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional.

▪ Casa das Famílias - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

É um serviço continuado de proteção social básica, desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social. Esses centros são espaços físicos localizados estrategicamente em áreas com maior índice de vulnerabilidade e risco social e pessoal. Prestam atendimento socioassistencial, articulam os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando, coordenando e organizando a rede de proteção social básica intersetorialmente com políticas de qualificação profissional, inclusão produtiva, cooperativismo e demais políticas públicas e sociais em busca de melhores condições para as famílias.

▪ Mobilização Social e Educação Cidadã

Atua na capacitação, logística, elaboração e reprodução de material didático-informativo, entre outras correlatas à formação cidadã. Propõe-se a:

- ▶ formação cidadã nos municípios brasileiros, iniciando pelas áreas prioritárias do Fome Zero e, posteriormente, abrangendo as famílias em situação de insegurança alimentar; sensibilizando e organizando iniciativas mobilizadoras do Mutirão da Sociedade pela Segurança Alimentar e Nutricional e priorizando a organização ou reforço dos Fóruns de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ▶ formação do Talher de Educação Cidadã, resultando na maior capacidade de funcionamento e eficácia do TALHER e maior capacidade de realizar, de forma sistemática, a comunicação com os Talheres constituídos nos estados e municípios.

▪ Capacitação de Agentes Públicos e Sociais

Promove oficinas, cursos e eventos, visando à ampliação da capacidade dos agentes públicos e sociais para monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento social e combate à fome, ao aperfeiçoamento da gestão dessas políticas à luz dos resultados obtidos e ao aumento da transparência da ação governamental.

▪ Mutirões e Doações

É um grande movimento nacional de solidariedade voltado para aqueles que sofrem a cada dia com a falta de alimentos e não podem esperar pelos resultados de mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais. É importante lembrar que existem muitas formas de ajudar a quem precisa. Entretanto, o ato de doar vai muito além do que a oferta de alimentos ou

dinheiro. É importante também que a sociedade se envolva nas ações do programa, que buscam atacar as causas estruturais da fome e da pobreza e arrancar o mal pela raiz.

- **Parcerias com Empresas e Entidades**

São projetos executados pelos parceiros do Programa Fome Zero, que servem de apoio às políticas sociais do Governo Federal. As empresas/instituições que desejam fazer parcerias com o Fome Zero devem atuar prioritariamente com foco em suas ações estruturantes, nas quais se incluem apoio à geração de trabalho e renda, ações complementares do programa Bolsa Família, ações de proteção social, segurança alimentar e nutricional.

- **Vale Gás**

Consiste em auxílio financeiro para compra de gás de cozinha para famílias com determinada renda mensal e devidamente cadastradas no programa.

8.1.1.5.3 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Programa visa regular a ação dos programas do Governo Federal, em parceria com os Governos Estaduais. Foi criado da deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social. O SUAS gerencia ações como:

- **Benefício de Prestação Continuada - BPC**

Benefício concedido a idosos com mais de 65 anos ou pessoas com deficiência que incapacite para o trabalho. A intenção é dar uma renda a esse nicho da população que possui renda inferior a 1/4 do salário mínimo.

- **Programa de Atenção Integral à Família - PAIF**

Destinada à população que sobre vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, que sofram discriminação, seja por etnia, raça, gênero ou por deficiências e visa desenvolver ações e serviços básicos continuados.

- **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS / Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**

O objetivo é proteger e prestar assistência a famílias na linha de pobreza que vivem em situação social de risco. O Programa dá apoio de psicólogos e assistentes sociais, todos buscando a emancipação social das famílias atendidas. E no CREAS atender, orientar e proteger pessoas que sofreram algum tipo de abuso físico ou sexual.

- Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

O Programa atende a jovens entre 15 e 24 anos que estejam fora da escola e visa facilitar sua integração com mercado de trabalho, com a família e a comunidade.

- Serviços Continuados de Atendimento à Criança, à Família e à Pessoa Idosa.

Serviços de ação continuada de proteção social básica por meio de programas e projetos executados por Estados, municípios, Distrito Federal e entidades sociais, destinados ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos, da pessoa idosa e de suas famílias, visando assegurar o desenvolvimento integral da criança, valorizando a convivência social e familiar e assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

- Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (antigo Sentinela).

Destinado às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, o Programa visa defender os direitos das crianças e adolescentes, buscando identificar e prevenir a ocorrência do abuso e identificar agressores. Além de dar apoio para os que já sofreram algum tipo de abuso, com acompanhamento psicológico.

8.1.1.5.4 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

Compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atende famílias com jovens de idade inferior a 16 (dezesseis) anos. Articula-se em duas ações complementares: Oferece serviços socioeducativos para crianças afastadas do trabalho precoce e transfere renda para as famílias destas crianças além de incentivar os vínculos familiares e comunitários. O objetivo do PETI é erradicar o trabalho de crianças e jovens com idade inferior a 16 anos além de resgatar a cidadania, promover os direitos de seus usuários e incluir socialmente as famílias participantes do programa.

8.1.1.5.5 - Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)

Em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem como objetivos garantir protagonismo social das famílias na sociedade, prevenir e combater situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecer os vínculos familiares e comunitários e promover e facilitar aquisições sociais e materiais às famílias participantes. Este programa consiste em um conjunto de ações socioeducativas direcionadas à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e vivenciam situações de discriminação étnica, de gênero ou por deficiências, entre outros.

8.1.1.6 - Programas para o Desenvolvimento Energético

8.1.1.6.1 - Programa Luz para Todos

Criado em 2003 o programa visa acabar com a exclusão elétrica no país. Seu objetivo é levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008. Com a coordenação do Ministério de Minas e Energia, participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, o programa quer atender uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal. A ligação elétrica até as residências é gratuita. O objetivo do governo é utilizar a energia como fonte de desenvolvimento social e econômico das comunidades que estarão sendo atendidas pelo Programa, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

8.1.1.7 - Programa de Infra-estrutura

8.1.1.7.1 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Criado em 2007, este programa consiste num conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos e jurídicos) ao crescimento, sendo assim, visa promover a aceleração do crescimento econômico, aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira.

8.1.1.8 - Programas para a Secretaria Geral da Presidência da República

8.1.1.8.1 - Pro Jovem - Conhecimento e Oportunidade para Todos (Parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

Este programa oferece qualificação profissional e oportunidades de elevação de escolaridade para jovens de 18 a 24 anos de idade que concluíram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e que não possuem vínculos empregatícios formais. Os cursos realizados proporcionam formação integral com carga horária de 1600 horas (1200 h. presenciais e 400 h. não-presenciais) desenvolvidas em 12 meses consecutivos e inclui disciplinas do ensino fundamental, aulas de inglês, de informática, aprendizado de uma profissão e atividades sociais e comunitárias de forma integrada. Cada aluno, como forma de incentivo, recebe um auxílio de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, desde que tenha 75% de frequência nas aulas e cumpra com as atividades programadas. A certificação de conclusão do ensino fundamental e de qualificação profissional é viabilizada, pois os cursos são aprovados com base no artigo 81, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

8.1.2 - Programas Estaduais

Os programas a seguir serão apresentados por estados:

8.1.2.1 - Piauí

Os Programas abaixo foram retirados do site do Governo do Estado do Piauí. Alguns Programas aparecem tanto na esfera Federal, quanto na Estadual, por funcionarem em parcerias entre os Governos.

8.1.2.1.1 - Programa Estadual da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico - SEDET

Programa de Desenvolvimento do Artesanato Piauiense - PRODART

Implementado em 2008 visa proporcionar trabalho e renda capacitando e valorizando o artesanato brasileiro. O Programa desenvolve suas atividades com base em 4 macro-ações: Capacitação de

Artesãos e Multiplicadores; Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal; Estruturação de Núcleos Produtivos no Segmento Artesanal; e Gestão e Administração do Programa. O objetivo é impulsionar a criação de políticas públicas que incentivem o acesso ao mercado do artesanato brasileiro nacionalmente e no exterior.

8.1.2.1.2 - Programa Estadual da Secretaria de Planejamento

Projeto de Combate a Pobreza Rural - PCPR

Iniciou-se em 2005 e irá até 2009. Engloba 145 municípios do estado do Piauí. Este projeto visa reunir todas as iniciativas de combate à pobreza rural em prol do aumento do emprego e da renda neste estado.

8.1.2.1.3 - Programa do Governo Estadual em Parceria com Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba Codevasf - Ministério da Integração Nacional

Projeto Amanhã

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), em parceria com o Ministério da Integração Nacional desde 2003, juntamente com o governo do estado do Piauí define pontos que constituem referência para construção de um modelo de desenvolvimento, que são: Transparência e Participação Popular; Erradicação da Pobreza; Desenvolvimento Econômico Sustentável; Políticas Sociais e Modernização Administrativa. Este projeto tem como objetivo fortalecer a gestão e qualificação de servidores públicos através de educação continuada e a capacitação de jovens rurais dos Vales de São Francisco e Parnaíba.

8.1.2.2 - Pernambuco

Os Programas abaixo foram retirados do site do Governo do Estado do Pernambuco. Alguns Programas aparecem tanto na esfera Federal, quanto na Estadual, por funcionarem em parcerias entre os Governos.

8.1.2.2.1 - Programa da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado Programa

Chapéu de Palha

O programa chapéu de palha visa amenizar o sofrimento das famílias da zona canavieira no período de entressafra. Beneficiará 20 mil famílias de 52 municípios da Zona da Mata do estado, da Região Metropolitana e do Agreste. Estas famílias serão beneficiadas com ações em prol de geração de renda, reforço alimentar, capacitação e melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas áreas de educação, saúde, cidadania, habitação e meio ambiente, receberão uma bolsa complementar ao bolsa família de até R\$ 190,00 além de serem beneficiados com ações na área de saúde. Poderão cadastrar-se trabalhadores da palha e da cana entre 16 e 60 anos, que foram dispensados na safra passada.

8.1.2.2.2 - Programa da Secretaria de Defesa Social

Plano Pacto pela Vida

Este plano faz parte do Plano estadual de Segurança Pública. Visa à diminuição do nível de violência no estado, principalmente de violência contra a vida. O plano possui seis linhas de ações: repressão qualificada; prevenção social do crime e da violência; informação e gestão do conhecimento; formação e capacitação; aperfeiçoamento institucional; e participação e controle social.

8.1.2.2.3 - Programa da Secretaria de Planejamento e Gestão

Programa Todos por Pernambuco

O objetivo do programa é criar um canal de comunicação entre a população e o governo do estado afim de promover o desenvolvimento planejado e regionalizado até 2027. O programa visa atender a todos os municípios uniformemente e de forma organizada agindo em todas as regiões do estado de forma integrada. Será implantado um comitê para acompanhar toda a implantação do programa para que este ocorra de acordo com o planejamento que foi discutido em seminários regionais que contaram com a participação da população e de, pelo menos, um secretário de estado.

8.1.2.2.4 - Programa da Secretaria Especial de Esporte e Lazer

Programa Todos com a Nota

Este programa foi reativado, após oito anos, com o intuito de proporcionar melhorias nas áreas de lazer, esporte, cultura e mais ações na área de educação e, com isso, aumentar a arrecadação do estado. Este programa visa conscientizar as pessoas sobre os tributos na medida em que, estes, serão revertidos em mais qualidade de vida para a população.

8.1.2.2.5 - Programa da Secretaria das Cidades e Secretaria de Administração

Programa Minha Casa

Em conjunto com a Caixa Econômica Federal, o Programa visa à construção de casas para a população de baixa renda, além de facilitar a compra de terrenos e imóveis para famílias com renda determinada. O “Minha Casa” está ancorado em três pilares: produção de habitações, programa associativo e o banco de materiais de construção. A meta do programa seria construir 20 mil casas até junho de 2008. Neste programa, as casas serão construídas pela própria família, mas de forma assistida por responsáveis do governo.

8.1.2.2.6 - Programa da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA

Programa Leite é Vida

Este programa tem como objetivo reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, priorizando as crianças, através de subsídios a produtores e cooperativas de leite e a distribuição de um litro de leite fluido pasteurizado por família, bem como melhorar a bacia leiteira do Estado. Como resultados, o Programa prevê a redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças da população beneficiada, a promoção da melhoria dos padrões de saúde e qualidade de vida das famílias carentes, o aumento da oferta de emprego no meio rural, o fortalecimento das cadeias produtivas da bovinocultura e a redução do êxodo rural.

8.1.2.3 - Ceará

Os Programas abaixo foram retirados do site do Governo do Estado do Ceará. Alguns Programas aparecem tanto na esfera Federal, quanto na Estadual, por funcionarem em parcerias entre os Governos.

8.1.2.3.1 - Programas da Secretaria de Educação

Programa Alfabetização na Idade Certa

Os prefeitos de todos os municípios do estado comprometeram-se em alfabetizar todos as crianças de até sete anos de idade da rede pública, pois é fundamental que os alunos recebam educação de qualidade desde os primeiros anos escolares. O programa tem como metas: priorizar a alfabetização de crianças, redimensionando recursos financeiros para os programas da área; estimular o compromisso dos professores alfabetizadores com a aprendizagem da criança, por meio da valorização e profissionalização docente; rever os planos de cargos, carreira e remuneração do magistério municipal, priorizando incentivos para a função de professor alfabetizador de crianças a partir de critérios de desempenho; definir critérios técnicos para a seleção de núcleos gestores escolares, priorizando o mérito; implantar sistemas municipais de avaliação de aprendizagem de crianças e desempenho docente; ampliar o acesso à educação infantil, universalizando progressivamente o atendimento de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola; adotar políticas locais para incentivar a leitura e a escrita.

Programa de Educação Ambiental

A Secretaria da Educação de forma integrada com o Ministério da Educação visando o fortalecimento da educação ambiental de acordo com a Lei nº 9.795/99 incentiva que os municípios articulem-se, mobilizem-se e fortaleçam-se para que ocorra a educação ambiental nas escolas estabelecendo parcerias e fazendo intercâmbio de experiências. As escolas devem manter o compromisso social de promover ações formativas para apoiar o trabalho feito pelo educador para melhorar o desempenho da escola, propiciando atitudes responsáveis em relação às questões socioambientais. Estas ações formativas vêm sendo realizadas conjuntamente com o MEC, IBAMA, CONPAM, UNICEF, SEMACE, IPECE, SESA, CAGECE entre outras instituições governamentais e não governamentais, com apoio incondicional das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação/CREDE, das Secretarias Municipais de Educação, Comissão Organizadora do Estado/COE e Coletivo Jovem.

8.1.2.3.2 - Programa da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social

Programa Primeiro Passo - Ceará

O programa dá oportunidade aos jovens a partir de 16 anos, que estejam matriculados na rede pública de ensino, de participar de programas de capacitação ao mercado de trabalho. O programa tem três linhas de ação: Jovem Bolsista, Jovem Aprendiz e Jovem Estagiário.

O Jovem Bolsista participa de um curso com seis meses de duração, que inclui vários módulos, como capacitação para o trabalho e informática básicos e módulos de áreas específicas, como: alimentação, serviço, turismo e administração. Os participantes ainda recebem uma ajuda de custo no valor de R\$ 120,00, para quem mora na capital e R\$ 76,00 para quem mora no interior. Para ser Jovem Bolsista, o candidato deve ter de 16 a 21 anos e estudar no ensino fundamental ou até o 2º ano do ensino médio.

O Jovem Estagiário é um programa com duração de um ano. Os jovens devem ter de 16 a 21 anos e devem estar cursando o ensino médio. Não há capacitação prolongada. Depois de uma seleção, o adolescente cadastrado é encaminhado a empresas públicas ou privadas que mantêm convênio com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social. As empresas admitem os jovens em regime de contrato de estágio, para quem é selecionado para empresas públicas recebe R\$ 219,89 e nas empresas privadas recebem meio salário mínimo mais vale-transporte.

O jovem Aprendiz é necessário ter de 16 a 24 anos de idade e estar cursando o ensino médio. O programa tem duração de um ano, dividido em seis horas diárias de capacitação: duas horas no curso e quatro em uma empresa conveniada à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, que assina a carteira de trabalho do contratado. O jovem deve cursar a escola à noite. Nesta categoria, também são repassadas informações sobre administração, técnicas de venda, almoxarifado e auxiliar administrativo. O Jovem Aprendiz trabalha de segunda a sexta-feira e recebe o valor mínimo de R\$ 292,95.

8.1.2.3.3 - Programa da Secretaria de Desenvolvimento Agrário

Programa Leite é Saúde

O Programa objetiva distribuir subsídios a produtores e cooperativas de leite visando sua distribuição gratuita, contribui assim com a redução da mortalidade infantil e da carência nutricional em crianças na faixa etária de seis meses a seis anos. O Leite é Saúde atende também

a gestantes. Os beneficiários têm acompanhamento mensal e recebem diariamente 1 litro de leite pasteurizado tipo C. O fornecimento do leite está condicionado a algumas atividades da atenção básica (vacinação, suplementação de ferro e vitamina A, consultas médicas e de enfermagem) nas unidades de saúde. Outro benefício indireto do Programa é o fortalecimento da cadeia produtiva do setor lácteo, priorizando os agricultores familiares, colaborando na geração de novos empregos e, assim, aumentando a distribuição de renda.

8.1.2.3.4 - Programa da Secretaria da Ação Social

Projeto de Investimento Cidadão

Este projeto visa articular e apoiar políticas públicas a portadores de deficiências físicas. Além de realizar projetos de inclusão social. O Programa visa auxiliar mais de 2.400 pessoas, com investimentos de mais de R\$ 12 milhões.

8.1.3 - Programas Municipais

Nos quadros a seguir serão apresentados os programas municipais e as esferas do poder público na qual os mesmos estão subordinados. Essas informações foram obtidas a partir de visitas as prefeituras, secretarias e órgãos competentes em maio de 2008.

SÃO JOÃO DO PIAUÍ -PI

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	2.636 famílias	2005
Governo Federal/ Município	Energia e Infra estrutura	Luz Para Todos	Eletrificação Rural	Área rural	Não Informado	2006
Governo Estadual/ Município	Energia e Infra estrutura	Reforma do Hospital Estadual Teresinha Nunes de Barros	Melhoria das Condições de Infraestrutura	Área urbana l	Não Informado	2007
Prefeitura Municipal	Energia e Infra estrutura	Aração de terras em propriedades rurais	Melhorias das condições de Infraestrutura rural	Área Rural	Não Informado	Não Informado
Organizações não Governamentais	Desenvolvimento socioeconômico	Projeto Dom Helder Câmara	criação de galinha caipira	Área Rural- Assentamento Fazenda Eugênio	17 famílias	2006

CAMPO ALEGRE DO FIDALGO-PI

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	849 famílias	2005
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PETI	Erradicação do trabalho infantil	Área rural e urbana	Não Informado	2006
Prefeitura Municipal	Energia e Infra estrutura	Programa Energia Alternativa	Geração de Energia Solar na Área rural	Área rural	Comunidades Lagoa do Joá e Caroá	Não Informado

SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ - PI

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Programas de desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	Não Informado	Não Informado
Governo Federal/ Município	Programas de desenvolvimento socioeconômico	PETI	Erradicação do Trabalho Infantil	Área Urbana e Rural	Não Informado	Não Informado
Prefeitura Municipal	Programas no setor de Energia e Infra Estrutura	Programa de Energia Alternativa	Energia solar na área rural	Área Rural	Comunidades Lagoa do Joá e Caroá	Não Informado

PAULISTANA-PI

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	2.708 famílias	2005
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PETI	Erradicação do trabalho infantil	Área rural e urbana	170 crianças- 90 área rural, 80 área urbana	2006
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Funasa- Programa de Controle da Doença de Chagas	Controle de Pragas	Área rural	Não Informado	Não Informado
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Programa Garantia Safra	Subsídio agrícola governamental	Área Rural	Não Informado	Não Informado
Entidades Não governamentais e empresas privadas/Prefeitura Municipal	Desenvolvimento socioeconômico	AABB- Comunidade	sócio-educativo	Área Urbana	Não Informado	Não Informado
Entidades Não governamentais e empresas privadas/Prefeitura Municipal	Programa Ambiental	Programa Viva o semi-árido- Caatinga	educação ambiental	Área Urbana e rural	Não Informado	Não Informado

BETÂNIA DO PIAUÍ-PI

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	1.360 Famílias	2005
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PETI	Erradicação do Trabalho Infantil	Área rural e urbana	160 Crianças (80 na sede e 80 no Bachão)	Não Informado
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Brasil Alfabetizado	Erradicação do Analfabetismo	Área urbana e rural	210 alunos	Não Informado
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Pró Jovem	Protagonismo juvenil- Cursos de capacitação	Área Urbana e Rural	50 Jovens (25 na sede e 25 na Serra do Inácio)	Em fase de implementação
Governo Federal/ Município	Energia e Infra Estrutura	Luz para Todos	Eletrificação rural	Área rural	60 km de rede de baixa tensão	Não Informado
Governo Estadual/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Programa Estadual Distribuição de Peixes- Semana Santa	Distribuição de peixes -uma vez ao ano	Área rural e urbana	Não informado	Não Informado
Governo Estadual/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Programa Estadual Distribuição de Leite	Erradicação da desnutrição infantil	Área rural e urbana	Não informado	Não informado

CURRAL NOVO DO PIAUÍ -PI

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	900 Famílias	2005
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PETI	Erradicação do Trabalho Infantil	Área rural e urbana	80 Crianças	Não Informado
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Programa de Atenção Integral à Infância (PAIF)	Ações sócio-educacionais	Área urbana e rural	114 famílias	Não Informado

OURICURI-PE

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	9.152 famílias	2005
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PETI	Erradicação do trabalho infantil	Área rural e urbana	Não Informado	2006
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	CRAS	Ações sócio-educacionais	Área Urbana e Rural	Não Informado	Não Informado
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Programa Sentinela	Combate à Prostituição e abuso sexual infantil	Área Urbana e Rural	Não Informado	Não Informado
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PAC- Programa Apoio à Criança	sócio-educativo	Área Urbana e Rural	Não Informado	Não Informado

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Pró-jovem	Ações sócio-educacionais l	Área Urbana e rural	Não Informado	2008
Governo Federal/ Município	Energia e infraestrutura	Projeto de Saneamento Básico PAC/Min. das Cidades)	Saneamento básico	Área Urbana	Não Informado	Não Informado
Governo Federal/ Município	Energia e infraestrutura	Melhorias Sanitárias (FUNASA)	Saneamento básico	Área Rural	cerca de 100 unidades (sete povoados)	Não Informado
Governo Federal/ Município	Energia e infraestrutura	Construção de Unidades Habitacionais para Controle da Doença de Chagas (Min. Das Cidades)	Controle de pragas	Área Rural	Não Informado	Não Informado
Governo Federal/ Município	Energia e infraestrutura	Construção de Unidade de Escola Técnica Federal- CEFET (MEC/SET)	Educação tecnológica e infraestrutura	Área Rural	Não Informado	Não Informado
Prefeitura Municipal	Energia e infraestrutura	Construção quadra poliesportiva	Socio-educativo	Área Urbana	Não Informado	Não Informado
Organizações Não Governamentais/ Prefeitura Municipal	Desenvolvimento socioeconômico	Projeto Segurança Alimentar e Acesso ao Mercado de Trabalho para Agricultores familiares do Araripe-Caatinga.	Geração de renda	Área rural	Não Informado	Não Informado

BODOCÓ-PE

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	5.484 Famílias	2005
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PETI	Erradicação do Trabalho Infantil	Área rural e urbana	Não Informação	Não Informado
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	CRAS	Ações sócio-educacionais	Área urbana e rural	250 pessoas	Não Informado
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Pró Jovem	Protagonismo juvenil- Cursos de capacitação	Área Urbana e Rural	Não Informado	Em fase de implementação
Governo Federal/ Município	Energia e Infra Estrutura	Melhorias Sanitárias (FUNASA)	Saneamento Básico	Área rural	Cerca de 100 unidades (sete povoados)	Não Informado
Prefeitura Municipal	Energia e Infra Estrutura	Construção de Avenida Central	Melhoria da Infraestrutura urbana	Área urbana	Não informado	Não Informado

GRANITO-PE

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	932 Famílias	2005
Governo Federal/ Município	Energia e Infra Estrutura	Construção de Unidades Habitacionais	Controle da Doença de Chagas	Área Rural - Rancharia	19 unidades	Não Informado
Governo Federal/ Município	Energia e Infra Estrutura	Construção da Rodovia Parnamirim	Integração Regional	Área rural	Não Informado	Não Informado
Governo Federal/ Município	Energia e Infra Estrutura	Construção do sistema de esgotamento sanitário	Melhorias Sanitárias	Área Urbana	Não Informado	Em fase de implementação
Governo Federal / Governo Estadual / Prefeitura Municipal	Área de Meio Ambiente	Projeto de Revitalização do Rio Brígida	ambiental	Área Rural - Área Urbana	Não Informado	Não Informado
Governo Estadual/ Município	Energia e Infra Estrutura	Construção rodovia com capeamento asfáltico-Granito-Timorante	Integração regional	Área rural e urbana	Não informado	Não Informado
Governo Estadual/ Município	Energia e Infra Estrutura	Construção de Escola Pública Municipal no Bairro Ulisses Guimarães	Melhoria das Condições de Infraestrutura	Área urbana	Não informado	Não informado
Prefeitura Municipal	Área de Meio Ambiente	Projeto Banco de Sementes e Muda	Educação ambiental, inserção social	Área rural e urbana	Não informado	Não informado

SERRITA-PE

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	2.343 Famílias	2005
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PETI	Erradicação do Trabalho Infantil	Área Urbana e Rural	Não Informado	Não Informado
Governo Federal/ Município	Energia e Infra Estrutura	Energia Solar nas Escolas	Utilização de Energia alternativa	Área rural	2 escolas cerca de 200 alunos	Não Informado
Governo Estadual / Prefeitura	Energia e Infra Estrutura	Construção de Unidades Habitacionais	Melhorias Habitacionais	Área rural - Área Urbana	Não Informado	Não Informado
Prefeitura Municipal	Desenvolvimento socioeconômico	Projeto Leite é Vida	Distribuição de Leite/ Combate à desnutrição infantil	Área rural e urbana	Não informado	Não informado

JARDIM -CE

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	3.831 Famílias	2005
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PETI	Erradicação do Trabalho Infantil	Área Urbana e Rural	120 crianças	2006
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PAIF(Programa de Apoio Integral às Famílias)	Assistência às famílias	Área Urbana e Rural	200 famílias	Não Informado
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Pró-Jovem	Sócio-educacional	Área urbana	Não Informado	Em fase de implementação
Governo Estadual / Prefeitura	Desenvolvimento socioeconômico	Projeto Primeiro Passo	Qualificação profissional	Área Urbana	Não Informado	Não Informado
Governo Estadual / Prefeitura	Desenvolvimento socioeconômico	Projeto Amor à Vida	Socioeducacional	Área Urbana	Não Informado	Não Informado
Governo Estadual / Prefeitura	Desenvolvimento socioeconômico	Projeto Investimento Cidadão	Fomentar políticas públicas para portadores de deficiência	Área urbana	Não informado	Não informado
Organizações não Governamentais e OSCIP'S/ Prefeitura Municipal	Meio Ambiente	Projeto As Principais Fontes de Água de Jardim - SENAC	Educação Ambiental	Área rural - Área Urbana	Não informado	Não informado
Organizações não Governamentais e OSCIP'S/ Prefeitura Municipal	Meio Ambiente	Educação Ambiental - Coleta Seletiva de Resíduos e Processo de Comercialização	Educação Ambiental e geração de renda	Área rural - Área Urbana	30 pessoas diretamente	Não informado

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Organizações não Governamentais e OSCIP'S/ Prefeitura Municipal	Energia e Infra-estrutura	Projeto Barraginhas do Ceará- Fundação Mussambê	barragens para captação de águas superficiais das chuvas	Área rural	Não informado	Não informado
Organizações não Governamentais e OSCIP'S / Prefeitura Municipal	Energia e Infra-estrutura	Inovação Tecnológica para Produção de Óleo de Pequi e de Óleo de Babaçu	Montagem de um laboratório de refinamento, envasamento, lacre e rotulação de pequi	Área rural - Povoado de Horizonte	200 famílias	Não informado

PORTEIRAS -CE

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	2.354 Famílias	2005
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PETI	Erradicação do Trabalho Infantil	Área Urbana e Rural	80 crianças	2006
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	PAIF(Programa de Apoio Integral às Famílias)	Assistência às famílias	Área Urbana e Rural	250 famílias	Não Informado
Governo Estadual / Prefeitura	Desenvolvimento socioeconômico	Projeto Sou Cidadão	Fomentar políticas públicas para portadores de deficiência	Área Urbana	15 crianças	Não Informado
Governo Estadual / Prefeitura	Desenvolvimento socioeconômico	Projeto Amor à Vida	Socioeducacional	Área Urbana	523 jovens	Não Informado

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Prefeitura Municipal	Energia e Infra-estrutura	Urbanização do Bairro Sol Nascente	Melhoria da Infraestrutura urbana	Área urbana	Não informado	Não informado
Prefeitura Municipal	Energia e Infra-estrutura	Pavimentação da Vila Simão	Melhoria infraestrutura rural	Área rural	Não informado	Não informado

BREJO SANTO -CE

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	5.145 Famílias	2005

ABAIARA -CE

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal/ Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	1.339 Famílias	2005
Governo Federal/ Município	Energia e Infra-estrutura	Programa Kit Sanitário (FUNASA)	Saneamento básico	Área Urbana	30 Unidades	2007-2008

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal / Município	Energia e Infra-estrutura	Construção de Unidades Habitacionais	Melhorias habitacionais	Área Urbana	50 Unidades	2007-2008
Governo Estadual / Prefeitura	Desenvolvimento socioeconômico	Programa Leite é vida	Combate à desnutrição	Área Urbana	Não Informado	Não Informado
Governo Estadual / Prefeitura	Desenvolvimento socioeconômico	Projeto Amor à Vida	Socioeducacional	Área Urbana	523 jovens	Não Informado
Prefeitura Municipal	Desenvolvimento socioeconômico	Programa Hora de Plantar	Subsídios agrícolas	Área rural	Não informado	Não informado

MILAGRES -CE

Esfera do poder público	Setor	Programa	Objetivo	Abrangência	Número de pessoas ou famílias beneficiadas	Período de implantação
Governo Federal / Município	Desenvolvimento socioeconômico	Bolsa Família	Erradicação da Pobreza	Área Urbana e Rural	3.821 Famílias	2005
Governo Federal / Município	Energia e Infra-estrutura	Garantia Safra	Subsídios agrícolas	Área Rural	60 agricultores	2005
Prefeitura Municipal	Energia e Infra-estrutura	Roço de estradas vicinais	melhoria das condições de infraestrutura	Área rural	Não informado	Não informado
Prefeitura Municipal	Energia e Infra-estrutura	Controle Pluviométrico	Controle da quantidade de chuva	Área rural	Não informado	Não informado